

1 **Ata da 102ª reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins**  
2 **– CIB/TO.** Aos vinte dias domês de setembro de dois mil e dezessete com início  
3 às quatorze horas, no Auditório da Casa dos Conselhos e Comissões, nesta Capital,  
4 foi realizada a reunião ordinária com as seguintes presenças: a) **Representantes da**  
5 **SETAS:** Patrícia Rodrigues do Amaral (Secretária), membros titulares Halana Santos  
6 da Silva Magalhães, suplente Rosana Trindade, titulares Carmem Lúcia Kothe  
7 Vendramini, Jesielle Rocha Paulino, Gildeth Evangelista de Macedo, Maria Amélia  
8 Brito Araújo, Iramar Cardoso da Silva, suplente Mara Nolêto  
9 Dorta, b) **Representantes do COEGEMAS;** José Geraldo de Melo (Palmas), membro  
10 titular da Capital; Chardison Silva Aguiar, (Xambioá) membro suplente Região Norte  
11 II; Jaqueline Miranda Parreão (Araguatins), membro titular da Região Norte I; Olga  
12 Vieira Paiva (Presidente Kennedy), membro suplente da Região Norte III; Ana Paula  
13 Oliveira (Paraíso), membro titular Região Centro-Oeste; Karla Magda de Carvalho  
14 (Cristalândia), membro suplente da Região Centro-Oeste; Geiziane Gomes de  
15 Oliveira (Monte do Carmo), membro titular Região Centro-Leste; Verônica Tavares  
16 Fontoura (Porto Nacional), membro suplente da Região Centro-Leste; Ana Paula  
17 Rodrigues Alves Vaz (Palmeirópolis), membro titular da região Sudoeste; Amanda  
18 Alves Campos (São Salvador), membro suplente da Região Sudoeste; Silvana de  
19 Jesus Rodrigues (Natividade) membro titular da região Sudeste e Berenice Cardoso  
20 de Albuquerque (Novo Jardim), membro suplente da Região Sudeste; **Convidados e**  
21 **Observadores conforme lista de presença:** Maria Aparecida de Lima (Abreulândia),  
22 Lucinete Dias da Silva Lima (Abreulândia), Adriane Gomes (Alvorada), Liliane F. de  
23 Lima (Alvorada), Ailton Santos (Alvorada), Deslima Alves Santos Oliveira (Angico), Ana  
24 Cláudia Gomes Moura e Marinalva Gomes Barros Veloso (Aparecida do Rio Negro),  
25 Maria Glauciane Sobral da Silva e Rosângela Ribeiro da Silva (Aragominas), Ana  
26 Francisca Bacele Rocha Cabral e Thamyla Fernanda (Araguaçu), Fernanda Kelly  
27 Xavier de Brito e Doriva Lopes de Araújo (Araguanã), Bruna Karina Gomes  
28 Barros (Arapoema), Liz Adriano Santos Martins e Hélio Alves Ferreira (Arraias),  
29 Cleuma Batista Guimarães (Babaçulândia), Blena Ludmila Melo (Bandeirante), Luciene  
30 Coêlho P. Ribeiro, Núbia Gomes Uchoa, Silvana Borges de  
31 Oliveira (Barrolândia), Jaqueline Bezerra Sales Benício e Gilberto Fraques da  
32 Silva (Bom Jesus do Tocantins), Marcos Dione dos Santos (Bernardo Sayão), Marlene  
33 Pereira de Almeida (Brasilândia), Euclides Lima de Alencar (Brejinho de  
34 Nazaré), Elizama Alves das Chagas Oliveira (Buriti do Tocantins), José Divino Ribeiro  
35 Silva (Carmolândia), Maria Gerente de Oliveira de Melo (Colmeia), Elizabeth F. de  
36 Souza (Conceição do Tocantins), Antônio Eustáquio F. Marcelino (Couto Magalhães),  
37 Patrícia R. de Sousa Ferreira, Joseane Divina Babosa Luiz e Clinton de  
38 Almeida (Crixás do Tocantins), Maria Célia P. Alves dos Santos e Georlanda Moreira  
39 dos Santos (Dueré), Dilcilene M. Milhomens, Bonfim Jorge Aguiar, Geralda Neres de  
40 Sousa, Márcia Neris Fernandes e Justino Martins Milhomens (Formoso do  
41 Araguaia), Rosania Rodrigues Gama, Sílvia Rita Dias Pinto e Rosália Alves Rocha  
42 Farias (Fortaleza do Tabocão), Maria José Ferreira da Silva e Leandro  
43 P. Coêlho (Guaraí), Maria José da Silva Leite, Raimundo Nonato Dias da Silva, Janes  
44 Ramalho da Silva Ribeiro e Severo Z. de R. Moreira (Gurupi), Daiane S. Sousa  
45 Barros (Itacajá), Zilma Martins Sobrinho (Juarina), Elisângela Rodrigues Leal (Jaú do  
46 Tocantins), Emanuel Aires do Nascimento e Wilson Marques (Itaporã), Eliane de  
47 Jesus Vitor Oliveira (Lagoa da Confusão), Seilane Vieira Reis (Lagoa do Tocantins),  
48 Lourena Martins Almeida, Ideuvan Pereira de Barros e Rivânia Serafim Basto  
49 Ferreira (Lavandeira), Gilvan Rodrigues da Costa e Celiana Borges de Sousa  
50 Parente (Luzinópolis), Mônica C. S. Cavalcante (Maurilândia), Kessyam da Silva

51 Alves e Claumita Ferreira de Araújo (Miracema), Gerlane Ferreira Machado (Monte  
52 do Carmo), Luciane B. Paz Soares e José Amilton da Silva Soares (Natividade),  
53 Alessandra Guerra Cunha (Nova Olinda), Gisele de Oliveira Costa Machado (Nova  
54 Rosalândia), Luzenice Pereira da Silva e Rainel Batista Bonfim (Novo Jardim),  
55 Juliano G. Mendes, Márcia Solange G. BurjockeAdevaldo J. Souza (Oliveira de  
56 Fátima), Valmerena Carlos Tavares elnecê Paulino Luz (Palmeirante), Edilene Alves  
57 da Silva Cruz,Amilson Dias Santos, Margarete Amorim Rocha, Joyce Aparecida  
58 Pinto Vegete e Almir Rocha da Cruz (Peixe), Ana Alaydes Valdineia  
59 (Piraquê),Valdineia Jorge Lima ,Myralva Farias de Matos e Valquíria Oliveira da  
60 Silva (Pium), Cileide Nunes da Silva,Raika Pereira Gomes da Silva e James  
61 Carlinhos Pires (Porto Alegre), Fatianna Nunes Arcanjo e Janira Barbosa de C.  
62 Macedo (Rio da Conceição), Joicemi Rosa dos Santos Barbosa (Sandolândia),  
63 Carmila Castro da Silveira Barrachine (Santa Maria do Tocantins), Elizangela Silva  
64 Santos (Santa Tereza), Paulo Silva Silveira (São Salvador), Emanuel Alves de  
65 Sousa (São Sebastião), Michele S. Mesquita (Muricilândia) e Roberta da Silva  
66 Georgeth, Eliane Arrases de Sousa e Alzira Pereira Aferir (São Valério), Odília  
67 Carvalho Ribeiro e Maria da Conceição de F. A. Soares (Taipas), Sara Damasceno  
68 Costa Diniz Borges eMárcia Rosa de Sousa Neto (Talismã), Tatiana Alves Gomes  
69 (Tocantinia), Alaíde Cordeiro de Sousa (Wanderlândia).**Após acontagem de**  
70 **quórum** coordenadora da CIB Maria Amélia Brito Araújo deu boas vindas aos  
71 presentes e iniciou a reunião com a leitura da pauta, que foi aprovadapelaplenária  
72 com os seguintes pontos: **1.1 Justificativas de ausência de membros;1.2 Leitura**  
73 **e aprovação da Ata da 101º Reunião Ordinária da CIB; 1.3 Discussãosobre**  
74 **Guarda Subsidiada com o Ministério Público; 1.4 Solicitação de Município para**  
75 **alteração de Regional;1.5 Manifesto em defesa do Orçamento da Assistência**  
76 **Social; 1.6 Cronograma de orientação para preenchimento do Censo SUAS; 1.7**  
77 **Alteração da data de reunião ordinária da CIB do mês de outubro em**  
78 **decorrência da Conferência Estadual de Assistência Social;**Nasequência,  
79 procedeu-se com as justificativas de ausência de membros. Justificativas aceitas dos  
80 membros da SETAS: Silney Cardoso dos Santos Beckman, Rosilene Marques de  
81 Oliveira, Katilvânia de Sousa Guedes, Valter Frota Martins. Prosseguindo passou-se  
82 a leitura e aprovação da Ata da 101ª Reunião Ordinária da CIB; Não houve leitura da  
83 Ata por não ter sido elaborada em tempo hábil; Jesielle Rocha Paulino Gerente da  
84 Proteção Social Especialda SETAS fez explanação sobre a Guarda Subsidiada  
85 conforme o Estatuto da Criança e Adolescente. Informou também que não há  
86 nenhuma regulamentação dentro da Assistência Social que define a execução desse  
87 serviço nem tampouco,que garanta a concessão de subsídio às famílias extensas;  
88 disse que oMinistério de Desenvolvimento Social-MDS está formando uma Câmara  
89 Técnica para discussão desta demanda dentro dos Serviços  
90 Socioassistenciais;ressaltou que os municípios de pequeno porte encontram muitas  
91 dificuldades em manter os serviços já regulamentados e não têm condições de arcar  
92 com mais essa demanda. Patrícia Rodrigues do Amaral Secretária doTrabalho e  
93 Assistência Socialinformou que durante dois anos que está na gestão do órgão  
94 responsável pela política de assistência social no Estadovem lutando para  
95 implantaralguns serviços da proteção social especial como Familiar  
96 Acolhedora,CREASRegionais e que finalmente foi implantado o CREAS regional  
97 com sede em Palmas, onde funciona também o serviço da família  
98 acolhedoraregionalizado. Na ocasiãoGeiziane Gomes de Oliveira,Secretária de  
99 Assistência Social do município de Monte do Carmoinformou que seu município  
100 recebeu uma intimação para o cumprimento deMedidasSocioeducativas e que no

101 Município não tem medida socioeducativa para cumprir.No documento o  
102 promotorinforma que o município deverá atender dois adolescentes sendo que os  
103 adolescentes não moram mais em Monte do Carmo.Ressalta sua preocupação com  
104 a possibilidade de responder judicialmente, tendo em vista que as normas exigem  
105 que o acompanhamento por meio do Plano Individual de Atendimento- PIA seja  
106 elaborado com a presença do usuário, ou seja que este resida no município para  
107 que seja feito o acompanhamento.A Secretária falou de sua satisfação quantoa  
108 oferta dos serviços do CREAS regionalizado, informou que o prefeito assinou o  
109 termo de responsabilidade da regionalização e enfatizou a importância sobre o  
110 serviço de medidas socioeducativasque o seu municípioreceberá do CREAS  
111 regionalizado, a mesma informou que o prefeito assinou o Termo de compromisso  
112 com a Promotoria Pública de Porto Nacional. Emanuel Aires membro do  
113 FETSUASmanifestou ressaltando a importância de cada poder respeitar suas  
114 competênciasna execução dePolíticas Públicas;a política de assistência social é  
115 gerida pelo sistema SUAS regido por normativas específicas e que faz necessário  
116 ficar atento paraque as imposições do MinistérioPúblico da Justiça não inviabilize a  
117 oferta dos serviços socioassistenciaistipificados.Na sequência, procedeu-se, com o  
118 compartilhamentode informações da Promotoria daInfânciae da Juventude  
119 (CAOPIJ)/ Ministério Público do Tocantins (MPE-TO). O Coordenador e Promotor  
120 de JustiçaSidney Fiori Júnioragradeceu o convite para participar da reunião e se  
121 prontificou a repassar informações sobre Família Acolhedora e Guarda Subsidiada; o  
122 promotor ressaltou queGuarda Subsidiada é um assunto novo, menos para o Estado  
123 do Paraná; citou o promotor de justiça Murilo Thiago, especialista e grande  
124 doutrinador, atuante no Estado do Paraná; ressaltou que o promotor Murilo, orientou  
125 aos municípios a criarem uma única lei para regulamentar os serviços de família  
126 acolhedora e guarda subsidiada. Segundo o promotor Sidney os dois serviços em  
127 apenas uma lei pode facilitar o financiamento do serviço uma vez que utiliza a  
128 mesma fonte de recurso. AComarca de Araguaína sabe disso, já foram feitas  
129 váriasAudiências Públicas em Carmolândia, Muricilândia, Santa Fé, Nova Olinda,  
130 todos esses municípiosparticiparam de Audiência Pública edecidiram implantar o  
131 serviço em quase todos os municípios e todos têm dificuldades, para encontrar  
132 família;um exemplo é quando vocês pegam a criança do pai e mãe que são usuário  
133 de droga quando eles bebem e usam a drogas vão para porta da sua casa, temos  
134 em Araguaína dois Acolhimentos Institucionais, sendo um masculino e um feminino,  
135 temos a famíliaacolhedora com 20 famílias cadastradas, nas cidades pequenas do  
136 interior existem dificuldades para implantar a família acolhedora. O Promotor de  
137 Justiça Sidney Fiori Júniorreafirma que a demanda do serviço de guarda subsidiada  
138 é muito pequena no Estado; ressaltou que a Promotoria de Justiça da Infância desde  
139 2006registrou um único caso, que em sua opiniãoo serviço seria de grande  
140 importância e citou o caso que em uma audiência judicial, dois irmãos tinham sete  
141 tios, e nenhum queriam ficar com a guarda dos sobrinhos, por acreditarem que não  
142 possuíam recursos financeiros suficientes para arcar com as despesas necessárias  
143 dos adolescentes. Segundo Dr. Sidney nesse caso ele indicaria a Guarda  
144 Subsidiada para que os tios tivessem apoio para cuidar dos sobrinhos. Em seguida,  
145 Mônica Pereira Brito, Assistente Social do CAOPIJ/MPTO, fez uma contextualização  
146 do apoio existente do Ministério Público e das ações desenvolvidaspelo  
147 MinistérioPúblico, com ênfase para oCAOPIJ. Disse que MPE é favorável ao  
148 processo de regionalização dos serviços da proteção social especial no que tange à  
149 construção e ao marco legal, contudo demonstra certa preocupação em relação à  
150 operacionalização desse Plano. Acrescentou que o MPE tem recebido demandas

151 dos municípios questionando o andamento do processo de regionalização e a  
152 dificuldade de assinatura dos Termos de Compromisso e o financiamento por parte  
153 do Estado. Diante disso, questionou sobre a aprovação do Plano e o andamento de  
154 algumas ações planejadas para serem realizadas ainda em 2015, sobre a não  
155 elaboração do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária do Estado do  
156 Tocantins, que deveria ter sido elaborado antes do Plano de Regionalização dos  
157 Serviços da Proteção Social Especial, sobre a não participação do Conselho  
158 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no debate sobre a  
159 regionalização. Iniciando as respostas aos questionamentos da representante do  
160 MPE. Jesielle Rocha Paulino, Gerente da Proteção Social Especial afirmou que todo  
161 processo de regionalização iniciado em 2013, tem sido desenvolvido em  
162 consonância com a Resolução do CNAS e com a regulamentação da CIT que  
163 estabelecem critérios para a escolha de municípios-sede e dos municípios  
164 vinculados, bem como os serviços a serem ofertados de forma regional. Lembrou  
165 que a regionalização está sendo feita de forma gradativa, sendo que o primeiro  
166 momento foi assinatura dos Termos de Aceite por parte do Estado e que é preciso,  
167 a partir de então, seguir o exemplo de outros Estados. Retornando a fala o  
168 Promotor de Justiça, Sidney Fiori Júnior afirmou que do ponto de vista legal, assim  
169 como os serviços de acolhimento institucional em Família Acolhedora e de Guarda  
170 Subsidiada devem organizar-se segundo os princípios e diretrizes do Estatuto da  
171 Criança e do Adolescente, especialmente no que se refere à excepcionalidade e  
172 provisoriedade do acolhimento, ao investimento na reintegração à família de origem,  
173 nuclear ou extensa, à preservação da convivência e do vínculo afetivo entre grupo  
174 de irmão, a permanente articulação com a Justiça da Infância e da Juventude e as  
175 redes de serviços. O promotor afirmou que vai fazer uma nota técnica de tudo que foi  
176 relatado aqui na reunião. Iniciando as perguntas Geiziane Gomes, Secretária de  
177 Assistência Social do Município de Monte do Carmo perguntou se esse debate que foi  
178 feito na reunião terá um prazo para criar a Lei, porque a intimação que seu município  
179 recebeu foi para criar a Lei da Guarda Subsidiada dentro de 10 dias. O promotor de  
180 Justiça afirmou que os municípios têm que criar a Lei, sendo que isso não tem prazo  
181 determinado, completou que a Comarca de Porto Nacional, é quem pode determinar  
182 o prazo. Em seguida, Rosana Trindade perguntou se pode solicitar para o promotor  
183 da Comarca de Porto Nacional, prazo para que os municípios possam criar suas leis.  
184 O promotor reafirmou que cada Promotoria tem um entendimento diferenciado.  
185 Rosana Trindade afirmou que já foi feita uma minuta da lei que regulamenta a  
186 Família Acolhedora e já foi enviada para a Casa Civil pela equipe técnica da  
187 SETAS, que continua estudando e debatendo como incluir Guarda Subsidiada no  
188 PL. Na ocasião José Geraldo Melo Oliveira, Secretário de Assistência Social de  
189 Palmas disse que está Secretário de Assistência desde fevereiro de 2017 em Palmas,  
190 e que já administrou outras empresas e instituições mas não havia pressuposto o  
191 quanto seria difícil e complexo administrar a assistência social de uma cidade,  
192 ressaltando o quanto o serviço de um secretário (a) municipal é árduo e valioso.  
193 Disse que não tem família acolhedora, mais o município tem uma casa abrigo para  
194 mulheres e uma casa de acolhimento. A gestão fez a adesão do Programa Criança  
195 Feliz, porém o CMAS não aprovou a adesão. Mônica Brito – Assistente Social e a  
196 Secretária Patrícia Rodrigues do Amaral afirmaram que o Estado do Tocantins tem  
197 muitas tarefas e possui uma equipe pequena na Assistência Social, mas que está  
198 capacitando seus municípios e trabalhando para todo o Estado do Tocantins  
199 fortalecendo a política de Assistência Social. Vão entrar em contato com a Secretária  
200 Gleyde Braga da SECIJU que trata das políticas públicas da criança e adolescente e

201 da pessoa idosa; o projeto foi pactuado na CIB e na CITE estão buscando recurso  
202 para contratar novas equipes, para melhorar e aprimorar os serviços no acolhimento;  
203 todos os prefeitos estão interessados na Família Acolhedora. O acolhimento em  
204 família é mais barato. O Promotor de Justiça, Sidney Fiori Júnior afirmou que foi uma  
205 grande oportunidade está na reunião da CIB e veio para a reunião trazer soluções e  
206 esclarecer dúvidas, e sempre que for preciso é só convidá-lo, deixando o e-mail e o  
207 contato do CAOPIJ, (63)3216-7678 E-mail: caopij@mpto.gov.br. A Coordenadora  
208 da CIB agradeceu a presença do Promotor de Justiça. A Coordenadora Maria Amélia  
209 sugeriu aos membros da CIB que criem um grupo de estudo para debater sobre  
210 guarda subsidiada. Foi constituído um grupo com as seguintes pessoas: Jesielle  
211 Rocha, Gildeth de Macedo, Carmem Lúcia, Geiziane Gomes, Fernanda de  
212 Araguaína, Ana Paula, Ana Paola, Silvana, José Geraldo e Verônica definindo a data  
213 da primeira reunião para o dia 2 de outubro 2017, às 08:00hs, no Auditório da  
214 SETAS. A coordenadora da CIB informou que recebeu o ofício de nº69, de 29 de  
215 agosto de 2017, do Município de Bandeirantes, onde a Secretária de Assistência  
216 Social, Blena Ludymila solicita a mudança de Regional devido a distância do seu  
217 município ao município sede da Regional. Após a leitura do ofício, a Secretária  
218 Patrícia Rodrigues do Amaral sugeriu que faça um estudo diante da necessidade  
219 dos municípios e que seja enviado ofício solicitando à opinião de cada município  
220 quanto à regional a que pertence e se o mesmo tem interesse em mudar de regional.  
221 A coordenadora da CIB sugeriu aos membros a criação de um grupo de trabalho  
222 para realizar um estudo dos municípios sobre esta questão; o grupo foi formado  
223 pelos membros Geiziane, Verônica, Carmem, Ana Paola, Gildeth, Ana Paula. Foi  
224 deliberado que será enviado ofício para todos os municípios, sobre a necessidade  
225 de migrar para outra regional, sendo que os municípios precisam enviar ofício com  
226 solicitação de alteração, justificando o motivo que requer a mudança de  
227 regional. Halana Santos da Silva Magalhães - Diretora do SUAS e Programas  
228 Especiais, informou aos municípios sobre o manifesto em defesa do orçamento da  
229 Assistência Social que está acontecendo em todo Brasil; sugeriu-se que o Estado do  
230 Tocantins poderia se reunir cada município e realizar manifestação contra a proposta  
231 atual do orçamento da Assistência Social; os municípios que têm vínculo com os  
232 deputados federais e senadores enviem o manifesto para eles. Emanuel Aires  
233 membro do FETSUAS, afirmou que o CEAS-TO deveria incentivar os conselhos  
234 municipais a realizarem manifestações e produzirem seus manifestos e que essa  
235 seja uma atitude do Conselho Estadual de Assistência Social dos municípios. Aurora  
236 Moraes Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social afirmou que nos dias  
237 14 e 15 do corrente mês participou da Reunião do CNAS, e o CEAS está com pauta  
238 que fala a respeito do manifesto e orienta os Conselhos Municipais que façam suas  
239 orientações às bancadas parlamentares através dos deputados federais e  
240 senadores. A Secretária Patrícia Rodrigues do Amaral, sugeriu na última Reunião da  
241 CIT com base no manifesto produziram um documento que foi encaminhado ao  
242 Ministério, para o Ministro que possui acesso ao presidente discutir sobre as  
243 medidas a serem tomadas para solucionar a questão orçamentária da Política de  
244 Assistência Social, que a CIB, CEAS, COEGEMAS e FETSUAS, produzam um  
245 documento estadual referendando o apoio a nível Nacional. Gildeth Evangelista de  
246 Macedo Gerente da Gestão do SUAS fez uma explanação sobre o Cronograma de  
247 Orientação para o Preenchimento do Censo SUAS. Afirmou que a SETAS recebeu  
248 uma demanda do Conselho Nacional referente ao Conselho Estadual, a respeito  
249 da regulamentação dos Benefícios Eventuais e que nem todos os municípios possuem  
250 sua regulamentação; a SETAS não tem essa regulamentação e que é preciso fazer

251 esse levantamento para poder responder ao Conselho Estadual que foi solicitado pelo  
252 Nacional; afirmou que a Gestão do Suas realizou um levantamento do Censo 2016  
253 o que já foi preenchendo, mais não está liberado ainda, com base no Censo de 2015  
254 , dos municípios que responderam que tinham sua regulamentação da Lei do SUAS;  
255 de acordo com o marco regulatório do SUAS foram 40 municípios que preencheram  
256 o Censo SUAS em 2015, e os outros que não informaram é porque não possuem a  
257 Lei do SUAS, 99 municípios não preencheram o Censo de 2015, esses municípios  
258 não constaram no levantamento do MDS. Só vão ser reconhecido 40 municípios,  
259 **dentro desses 40 municípios**, 33 municípios fizeram depois da implantação em 2005, e  
260 os 7 municípios restantes foram antes de 2005. Afirmou ainda que são importantes as  
261 informações do Censo para o MDS. Realizou a apresentação  
262 do Demonstrativo Sintético Físico e Financeiro do ano 2016. O período de realização  
263 do levantamento foi de 07/08 a 18/08, 113 municípios se inscreveram e 101  
264 participaram; falou das oficinas regionalizadas do PMAS e PMP, com participação  
265 de 367 municípios; 282 participantes fizeram avaliações da oficina regionalizada;  
266 disse também a respeito do apoio das SETAS/CEAS-TO nas Conferências  
267 Municipais e Regional; foram 84 municípios apoiados; e disse que o Censo Suas  
268 2017, quanto a análise e devolução do PMAS, está recebendo os PMAS  
269 na SETAS no Setor de Protocolo, até 30 de outubro; a análise será até 20 de  
270 dezembro. A SETAS vai disponibilizar 7 dias para os municípios que tiverem dúvidas  
271 sobre o preenchimento do Censo SUAS, os quais poderão vir tirar suas dúvidas,  
272 sendo disponibilizado o laboratório da SETAS. **(7º ponto de pauta)**. A coordenadora  
273 da CIB informou a Plenária que a reunião do dia 18 de outubro não será possível por  
274 ter coincido com a data da XI Conferência em seguida os membros pactuaram a  
275 reunião ordinária da CIB para o dia 25 de outubro no mesmo horário as 14.00hs. **(1º**  
276 **informe)** **Jesielle Rocha Paulino Gerente da Proteção Social Especial** agradeceu  
277 a Secretária de Araguaína por ter providenciado toda a organização para as oficinas  
278 acontecer. Disse que na próxima semana estará indo para Colinas para o encontro  
279 com os representantes dos municípios da regional norte III; As oficinas serão  
280 realizadas dias 26, 27, 28, de setembro. **(2º informe)** **Gildeth Evangelista de Macedo**  
281 **Gerente da Gestão do SUAS** agradeceu os municípios Sede onde foram realizadas  
282 as capacitações; foram recepções maravilhosas em todos os municípios Sede. Disse  
283 que precisa apresentar as avaliações das conferências e a realidade conforme a  
284 equipe da Gestão do SUAS; vai avaliar juntamente com o CEAS, a vigilância  
285 Socioassistencial já está providenciado, para apresentar na CIB e CEAS. Falou  
286 ainda sobre o prazo do fechamento do demonstrativo Sintético; se os municípios não  
287 responderem o questionário vão ficar sem recurso; o demonstrativo do IGDSUAS  
288 finalizará dia 2 de outubro, e IGPF finalizará dia 12 de outubro. **(3º informe)**, **Irailde**  
289 **Teixeira Fontoura, técnica da Gerência de Controle de Benefício**, falou sobre o  
290 **Programa BPC na Escola**, informou sobre o objetivo do programa, o mesmo tem  
291 como objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a  
292 permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos,  
293 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. Os  
294 beneficiários do BPC na Escola recebem um salário mínimo mensal. Esse benefício  
295 tem como principal diretriz a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o  
296 acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o  
297 desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as Políticas de Educação, de  
298 Assistência Social e Saúde com vista à superação destas barreiras. O  
299 Programa **BPC NA ESCOLA** tem quatro eixos principais: (1) identificar entre os  
300 beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na Escola e aqueles que estão

301 fora da Escola; (2) identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na  
302 Escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; (3) realizar estudos e  
303 desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras; e (4) realizar  
304 acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que  
305 aderirem ao Programa. É importante pontuar, principalmente para quem não sabem,  
306 que estão começando agora a trabalhar na política de assistência social, que foi  
307 firmado um Termo de Adesão ao Programa BPC na Escola entre o MDS, Estados e  
308 Municípios. A Gestão do Programa é feito através do *link* do **Sistema BPC na**  
309 **Escola**, no portal do [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -](#)  
310 [MDS](#). É necessário que os municípios estejam atentos, quem ainda não constituiu é  
311 necessário, com urgência, constituir o Grupo Gestor Local do Programa no âmbito  
312 municipal. Esse deve ser formado por representantes das três políticas básicas,  
313 Assistência Social, Saúde e Educação, depois de constituído deve ser informado o  
314 nome de cada representante no sistema. A próxima etapa compreende a aplicação,  
315 pelos Municípios do Questionário para a identificação das barreiras que impedem o  
316 acesso e a permanência na escola das crianças e adolescentes beneficiários do  
317 BPC. Esses questionários estão, há algum tempo, disponíveis no sistema de gestão  
318 do programa, *link* do **Sistema BPC na Escola**, portanto, devem ser impressos e  
319 aplicados aos beneficiários do BPC na Escola. É importante ressaltar que esses  
320 questionários devem ser aplicados por pessoas competentes para tal, podendo ser  
321 os técnicos do CRAS, Assistentes Sociais ou Psicólogos. É necessário que esse  
322 profissional tenha um olhar muito além do que ele vê ali naquele ambiente, ou seja,  
323 na casa do beneficiário, um olhar além das cortinas. Após a aplicação dos  
324 questionários, os dados coletados juntos aos beneficiários, devem ser inseridos no  
325 Sistema BPC na Escola, depois de incluídos no sistema, esses dados vão gerar o  
326 relatório das barreiras encontradas. Inicia-se aí uma nova etapa do Programa. O  
327 Grupo Gestor Local – GGL, deve, juntamente com a equipe do CRAS, elaborar um  
328 plano de acompanhamento desses beneficiários e de suas famílias – com o objetivo  
329 promover ações de superação barreiras encontradas de acesso e permanência na  
330 escola do público do Programa BPC na Escola. A participação no Programa viabiliza  
331 o cumprimento da legislação vigente que vem assegurando direitos às pessoas com  
332 deficiência. Outro ponto, é necessário verificar se os Beneficiários do PBC estão  
333 incluído no Cadastro Único, se não, é necessário inclui-los. De acordo com as  
334 orientações do MDS, todos os idosos com PBC devem ser incluídos no CadÚnico  
335 até 31 de dezembro de 2017, e no ano de 2018 deve-se incluir as pessoas com  
336 deficiência. **(4º informe), Aurora Moraes presidente do CEAS/TO** disse que a  
337 comissão organizadora da Conferência Estadual de 2017 está convidando todos os  
338 secretários municipais; os transferidos de Delegados estaduais será por conta dos  
339 gestores, foram enviados Ofícios-Convite para os Prefeitos com cópias para as  
340 Secretarias; o Governo Estadual vai cobrir as despesas dos delegados não  
341 governamentais; os municípios que quiserem fazer apresentação precisam enviar e-  
342 mail para a SETAS ou CEAS. Silvana Babosa Secretária executiva do  
343 CEAS informou que o Secretário de Assistência Social do município de Xambioá, em  
344 parceria com o Conselho Estadual estão fazendo um encontro de Secretários  
345 Executivos do CMAS; as despesas com comida vão ser por conta do Secretário de  
346 Xambioá; o encontro vai acontecer dia 27 de outubro 2017, o que será um grande  
347 encontro de Secretários executivos. **(5º informe) Emanuel Ayres do Nascimento**  
348 **membro do FETSUAS** convida os trabalhadores do SUAS para se reunir depois da  
349 reunião da CIB, para discutir assuntos relacionados com a conferência estadual e  
350 nacional, para melhorar as articulações do Fórum. **(6º informe) José Geraldo de**

351 **Melo representante do COEGEMAS** fez um convite para todos os membros do  
352 COEGEMAS para se reunir dia 25 de outubro às 9:00h da manhã para tratar de uma  
353 nova eleição e formar uma nova diretoria. Na ocasião a coordenadora da CIB disse  
354 que já recebeu vários ofícios, dos municípios solicitando para sair da representação  
355 e informei para os municípios que somente o representante do COEGEMAS pode  
356 fazer essas mudanças. **(7º informe) Antônio, Secretário de Assistência Social de**  
357 **Couto Magalhães disse** que seu município está enfrentando dificuldade com o  
358 Programa Criança Feliz; precisa ter parceria com a Saúde e educação, ele sugeriu  
359 que a Secretária Patrícia leve para CIT essa demanda. Rosilene Marques disse que  
360 a equipe trabalha com repasse trimestral. Nadamais havendo a ser discutido, a  
361 reunião foi encerrada às 18:20h, Eu, Francisca Lúcia da Silva Rodrigues assessora  
362 especial da CIB, digitei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por  
363 mim, e pelos membros presentes.

364 Francisca Lúcia da Silva Rodrigues (Assessora Especial CIB) \_\_\_\_\_

365 Maria Amélia Brito Araújo (Coordenadora da CIB/SETAS) \_\_\_\_\_

366 Patrícia Rodrigues do Amaral (SETAS) \_\_\_\_\_

367 Halana Santos da Silva Magalhães (SETAS) \_\_\_\_\_

368 Carmem Lúcia Bothe Vendramini (SETAS) \_\_\_\_\_

369 Jesielle Rocha Paulino (SETAS) \_\_\_\_\_

370 Raquel Secundes Gonçalves \_\_\_\_\_

371 Gildeth Evangelista de Macedo (SETAS) \_\_\_\_\_

372 Iramar Cardoso da Silva (SETAS) \_\_\_\_\_

373 Mara Nolêto Dorta (SETAS) \_\_\_\_\_

374 Jose Geraldo de Melo Oliveira (COEGEMAS) \_\_\_\_\_

375 Chardison Silva Aguiar (COEGEMAS) \_\_\_\_\_

376 Olga Vieira Paiva (COEGEMAS) \_\_\_\_\_

377 Ana Paola Oliveira Melo (COEGEMAS) \_\_\_\_\_

378 Karla Magda de Carvalho (COEGEMAS) \_\_\_\_\_

379 Geiziane Gomes de Oliveira (COEGEMAS) \_\_\_\_\_

380 Verônica Tavares Fontoura (COEGEMAS) \_\_\_\_\_

381 Ana Paula Rodrigues Alves Vaz (GOEGEMAS) \_\_\_\_\_

382 Amanda Alves Campos (COEGEMAS) \_\_\_\_\_

383 Silvana de Jesus Rodrigues (COEGEMAS) \_\_\_\_\_

384 Berenice Cardoso de Albuquerque (SETAS) \_\_\_\_\_